

# O NOSSO DEPUTADO REPRESENTA EM CADA SECTOR O PODER DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES

N. 22  
7  
80

## — Presidente Samora Machel na abertura da VI Sessão da Assembleia Popular

O Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, pronunciou ontem um importante discurso na abertura da 6.ª Sessão da Assembleia Popular, que passamos a transcrever, na íntegra:

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Ao abrirmos esta VI Sessão da Assembleia Popular queremos recordar aqueles que infelizmente já não podem partilhar do nosso convívio.

Recordamos a figura do senhor deputado Francisco Langa, cujo exemplo de patriotismo e dedicação à causa nacional permanecerá para sempre vivo na nossa memória.

Relembramos ainda a senhora deputada Filipa Muniveda, cujo dinamismo e entusiasmo sempre revelados no cumprimento das tarefas da libertação nacional e da reconstrução do nosso País, servem de exemplo a todos nós.

A nível internacional foi com gra de consternação e mágoa que soubemos da morte do Presidente da República do Botswana, Sir Seretse Khama.

O Presidente Seretse Khama, destacou-se como um dedicado combatente pela causa nacional.

Aceitou participar activamente no seio dos Países da Linha da Frente, apesar das múltiplas dificuldades e pressões que o seu país teve que enfrentar.

A sua coragem e determinação sentimo-las desde a luta de libertação, pela amizade e solidariedade que o Presidente Khama sempre revelou em relação à luta do Povo Moçambicano.

Evocamos também o falecido Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, Josip Broz Tito, destacado fundador do Movimento dos Não-Alinhados que contribuiu decisivamente para fazer deste Movimento um instrumento efectivo da libertação e independência dos povos.

Sob a direcção do Presidente Tito, a República Socialista Federativa da Jugoslávia, sempre manifestou de forma activa a sua solidariedade e amizade fraterna com a luta do Povo Moçambicano e todos os povos oprimidos do mundo.

Em homenagem e memória aos amigos e companheiros que perdemos, proponho que observemos um minuto de silêncio.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Esta VI Sessão da Assembleia Popular realiza-se logo após a proclamação da República do Zimbabwe.

O povo irmão do Zimbabwe conquistou a sua liberdade, fruto da sua determinação, da sua coragem, do seu sacrifício e do engajamento na luta de libertação nacional.

Nesta Sessão do Órgão máximo do Poder de Estado, saudamos calorosamente o povo do Zimbabwe que, sob a direcção da ZANU - Frente Patriótica, levou a cabo uma vitoriosa luta armada de libertação nacional que culminou com a proclamação da República do Zimbabwe.

A Independência do Zimbabwe é uma vitória da África e de todas as forças progressistas do Mundo inteiro.

É uma vitória dos Países da Linha da Frente que, com o seu apoio e solidariedade sempre firmes, contribuíram decisivamente para o nascimento de mais um Estado livre e soberano nesta zona do nosso Continente.

A independência do Zimbabwe veio trazer maior vigor e maior estímulo à luta do povo da África do Sul que, galvanizado pela vitória do povo irmão do Zimbabwe, saberá intensificar o seu combate libertador para a conquista da sua verdadeira independência.

A independência do Zimbabwe deve servir de lição para a obstinada intransigência da África do Sul em relação à independência real da Namíbia.

A África do Sul deve aceitar o plano das Nações Unidas para a realização de eleições justas supervisionadas pelas Nações Unidas.

Se a África do Sul pretende negociar com alguém sobre o problema da Namíbia, deve fazê-lo com a SWAPO, o único interlocutor.

Os fantoches internos, esses deverão sentar-se à mesa da negociação integrados na parte sul-africana.

A fundação da República do Zimbabwe confirmou o carácter irreversível do processo de libertação total dos povos ainda sob a dominação do colonialismo, do racismo e do «apartheid» no nosso Continente.

A vitória da ZANU - Frente Patriótica e a independência do Zimbabwe é, para nós moçambicanos, a reafirmação da justeza da linha política do nosso Partido FRELIMO que soube sempre guiar o nosso povo no firme cumprimento do dever internacionalista de apoio e solidariedade à luta dos povos oprimidos.

Para a República Popular de Moçambique, a independência do Zimbabwe é o coroar vitorioso e o fim de pesados sacrifícios consentidos pelo Povo Moçambicano e pela nossa economia.

Para o nosso País, a vitória do Zimbabwe significa em primeiro lugar Paz. Significa o abrir de novas perspectivas para nos debruçarmos com maior determinação e entusiasmo sobre os nossos problemas internos.

A independência do Zimbabwe significa ainda a instauração de um clima de maior estabilidade e paz na nossa zona, o que cria melhores condições para os países independentes da região poderem canalizar as suas atenções para desenvolverem entre si as relações de cooperação mais frutuosas.

Podemos agora concentrar grande parte dos esforços e capacidades na edificação e consolidação das nossas economias.

Neste quadro se inserem as decisões da recente Cimeira de Lusaka que tomando em conta as nossas condições criadas pela independência do Zimbabwe,

definiram os mecanismos para a libertação económica dos estados da nossa zona.

A Cimeira de Lusaka definiu o princípio de acelerar a libertação económica dos nossos Estados, promovendo a cooperação bilateral e regional.

A cooperação regional permite desenvolver a complementaridade das nossas economias, aproveitar racionalmente os nossos recursos naturais, humanos e financeiros, libertar os Estados independentes desta zona da África Austral dos laços de dependência económica de tipo colonial e imperialista.

A cooperação regional é a base para avançarmos para níveis mais altos de cooperação inter-regional.

Para o Povo Moçambicano a cooperação regional é parte integrante da luta pelo progresso económico e social do nosso Povo, reforço da independência e soberania do nosso Estado, contributo fundamental para a vitória contra o subdesenvolvimento.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional estávamos claros de que a luta não era isolada, de que ela se integrava na luta mais geral de todos os povos do Mundo e do nosso Continente contra



O Presidente Samora Machel discursando durante a abertura da 6.ª Sessão da Assembleia Popular

a opressão e a humilhação. Também agora estamos conscientes de que a luta pela libertação económica do nosso País passa necessariamente pela sua integração na luta global dos países da zona contra a dependência em relação ao imperialismo.

No quadro da cooperação regional, a República Popular de Moçambique recebeu a responsabilidade de coordenar e dinamizar as acções no campo dos transportes e comunicações.

Maputo, a nossa capital, foi escolhida como a sede da Comissão Regional dos Transportes e Comunicações.

É uma decisão que honra o nosso País. É uma decisão que exige alta responsabilidade da nossa parte.

Devemos nos organizar para utilizar ao máximo a capacidade existente dos portos, dos caminhos de ferro e das vias de comunicação ao mesmo tempo que estudamos e planificamos o desenvolvimento das nossas capacidades.

Devemos aumentar o grau técnico e de formação dos nossos quadros e trabalhadores e garantir uma correcta manutenção, eficácia e rentabilidade das nossas infra-estruturas.

Devemos potenciar as magníficas condições que oferecem os nossos portos e a nossa posição geográfica nesta zona do Continente.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

A tarefa de libertação política do nosso Continente Africano não foi ainda terminada.

A República Árabe Sahariana Democrática é um exemplo.

Assistimos nesse país a uma situação que é nova em África. Um país africano a tentar colonizar outro país africano, a praticar o expansionismo.

A nível da OUA alguns países recusam-se a reconhecer esta realidade. Recusam-se a denunciar e a condenar o facto descarado que é a ocupação colonial da República Árabe Sahariana Democrática por Marrocos.

Para eles só há colonialismo quando ele vem de fora do nosso Continente. Para eles não é possível existir colonialismo africano.

Na recente Cimeira da OUA em Freetown, Serra Leoa, a República Popular de Moçambique, fiel aos seus princípios, soube estar ao lado do Povo Sahariano na defesa do seu direito à independência.

A República Popular de Moçambique condenou mais uma vez energeticamente a presença expansionista e colonial de Marrocos na República Árabe Sahariana Democrática.

Condenou o apoio militar prestado ao regime de Marrocos pelas potências ocidentais, exigindo a retirada imediata e incondicional daquele país do território independente do Sahara.

O nosso País soube estar decisivamente na vanguarda dos que contribuíram para a vitória que o Povo Sahariano conquistou na OUA ao ser admitido por maioria no seio da OUA.

Para a maior parte dos países africanos e para a República Árabe Sahariana Democrática, as manobras engendradas, as chantagens, ameaças e as pretensas subtilezas jurídicas nada representam.

A República Árabe Sahariana Democrática é hoje um país membro da OUA como prescreve a carta da Organização de Unidade Africana.

Saudamos calorosamente a presença no seio da OUA de mais um estado membro, a República Árabe Sahariana Democrática, que é resultado da heróica luta política, diplomática e militar do povo do Sahara.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Reunimo-nos no momento em que acabámos de celebrar o V Aniversário da Independência Nacional.

Nestes últimos anos, criámos as condições para nos lançarmos decisivamente na via do progresso económico e social, a via da construção do socialismo.

Nestes últimos anos acumulámos e consolidámos muitas conquistas e avançámos na direcção, planificação e controlo da nossa economia.

Importa agora valorizarmos essas conquistas para avançarmos ainda mais.

No limiar da década de 1980, ao efectuarmos o balanço das realizações do ano de 1979, ano da consolidação das nossas conquistas, constatámos os grandes avanços e sucessos que alcançámos a nível económico e social.

Constatámos que a mantermos o mesmo ritmo de crescimento da nossa economia e sem a definição de novas áreas de desenvolvimento económico, que são os grandes projectos, os avanços verificados e os bens produzidos não conseguiriam satisfazer plenamente as nossas necessidades.

Torna-se necessário dar maiores saltos no campo económico para podermos condignamente alimentar, vestir, calçar e educar o nosso Povo.

Por isso, definimos que a realização destes objectivos passa pela materialização dos grandes projectos económicos de desenvolvimento.

O Partido FRELIMO ao tomar a decisão histórica de fazer da década de 80, a Década da Vitória Contra o Subdesenvolvimento, lançou um enorme desafio à capacidade e à determinação de todo o nosso Povo.

É uma palavra de ordem que devemos materializar.

Neste sentido, se enquadra a decisão de levar a cabo o recenseamento geral da população no corrente ano, condição necessária para definir de forma realista as acções e as metas que se impõe realizar e atingir.

A elaboração em curso, do plano prospectivo indicativo para a década de 1980, representa mais um passo fundamental na direcção, planificação e controlo da nossa economia.

Ao definir os princípios e os grandes projectos sob os quais assentará o nosso desenvolvimento na presente década, e ao possibilitar a sua decomposição em planos quinquenais e anuais, o plano prospectivo indicativo é o instrumento de materialização dos objectivos da presente década.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Ao iniciarmos o ano de 1980, tínhamos o conhecimento concreto dos nossos objectivos. Tínhamos as ideias claras, e beneficiávamos da longa experiência acumulada na luta de libertação nacional e nas batalhas do dia a dia pela libertação económica do nosso País.

Estávamos porém conscientes da existência de dificuldades que importava remover para garantirmos a vitória.

Sentíamos que era necessário realizar profundas transformações a nível das mentalidades, a nível dos métodos de trabalho nas empresas, nas fábricas e em particular no Aparelho de Estado.

Sentíamos que os instrumentos decisivos para a materialização dos nossos objectivos, não estavam, na sua maior parte, em condições de servir os nossos interesses.

Era necessário atacar os métodos de trabalho incorrectos, atacar o imobilismo, a passividade, a inércia, o burocratismo, a corrupção, o compadrio, a sabotagem organizada nos sectores produtivos e em especial no Aparelho de Estado.

Era necessário atacar os maus hábitos e as mentalidades retrógradas.

Era necessário libertar as mentes da aceitação fatalista do subdesenvolvimento inculcada pelo imperialismo e fazê-las acreditar na vitória.

Era necessário passarmos à ofensiva e reduzir o inimigo à defensiva passiva.

A decisão do Partido FRELIMO de lançar em todas as frentes do nosso País uma vigorosa Ofensiva Política e Organizacional, constituiu uma conquista científica do nosso Povo e uma exigência do avanço dialéctico da nossa Revolução.

A forte adesão e participação populares, as inúmeras informações e denúncias recebidas no decurso da primeira parte da Ofensiva, demonstraram que os trabalhadores do nosso País assumiram a justeza e a oportunidade do desencadeamento da Ofensiva.

Demonstrou que, mais uma vez, as classes trabalhadoras souberam participar com dinamismo e entusiasmo na tarefa exaltante de criar as condições para a vitória.

Essa participação e entusiasmo permitiram reforçar ainda mais a ligação e a confiança que o Povo deposita no seu Partido FRELIMO e no seu Governo, tornando mais sólida a unidade entre a Direcção e as massas populares.

Do Rovuma ao Maputo o combate activo à sabotagem, à irresponsabilidade, à incompetência, à inércia, tem vindo a ser cada vez mais assumido e materializado.

Hoje, em muitos locais já se sentem profundas transformações.

A presente Sessão discutirá profundamente o sentido e alcance da Ofensiva.

Ainda no quadro da Ofensiva Política e Organizacional, saudamos a criação da nossa moeda nacional — o METICAL.

Ao celebrarmos no passado dia 16 de Junho, mais um aniversário da nossa História, o massacre de Mueda, introduzimos o Metical como um importante instrumento da nossa luta.

A criação do Metical foi um rude golpe deste-rido ao nosso inimigo.

O Metical é um meio de quebrar os laços de dependência económica em relação ao imperialismo. O Metical representa para o nosso Povo a afirmação da sua personalidade histórico-cultural.

O nosso Povo já não é forçado a conviver e a suportar no seu dia a dia as figuras odiosas do colonialismo, da opressão e da humilhação.

Na nossa moeda, o Metical, o Povo Moçambicano vê agora, com orgulho e satisfação, reflectidas as imagens da luta, do sacrifício, da determinação e coragem do nosso Povo.

Vê agora as suas conquistas, os seus avanços. Esse orgulho e satisfação foram claramente revelados pelo entusiasmo, disciplina e organização que o nosso Povo demonstrou no decurso da gigantesca operação de troca.

Esta VI Sessão da Assembleia Popular terá a oportunidade de ouvir o relatório da Comissão Central de Troca de Notas, e de apreciar a Lei da Criação da Moeda Nacional já aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Na presente fase da nossa Revolução, a batalha económica é decisiva.

No dia 18 de Março tomámos a decisão histórica de virarmos o cano das nossas armas para dentro e declaramos solenemente guerra ao inimigo interno.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional e nestes últimos anos da nossa independência, o Povo Moçambicano sempre sentiu a necessidade de fazer a guerra para conquistar a paz.

Através da dependência nacional e muito recentemente, ao rechaçarmos vigorosamente o inimigo que agredia sistematicamente o nosso País, demos a nossa contribuição para a instauração de um clima de paz na zona.

Apesar da recente independência do Zimbabwe ainda permaneciam no interior do nosso País pequenos grupos de bandidos apolados pelo exterior.

Estes bandidos são os mesmos agentes do colonialismo português que fugiram em debandada do nosso País após a derrota dos seus patrões.

São os mesmos GE's, GEP's, Comendos, OPV's e ANP's que se acotaram à sombra do regime ilegal de Smith.

Agora, com a independência do Zimbabwe, estão em desespero. Como búfalos feridos de morte tomaram-se mais agressivos e não hesitam perante os mais horríveis crimes, assaltando, violando, pilhando e raptando velhos, mulheres e crianças.

Não hesitam em torturar, em mutilar e assassinar vidas inocentes. Não hesitam em queimar populações indefesas dentro das suas casas, da mesma maneira como aprenderam com os seus patrões colonialistas portugueses.

E es criminosos estão apostados em lançar o terror, a instabilidade e a insegurança no nosso País.

Cumprindo as ordens dos seus patrões imperialistas têm como objectivo fundamental destruir o nosso poder, travar as grandes realizações económicas do nosso Povo. Pretendem evitar que materializemos as nossas profundas aspirações de vencer o subdesenvolvimento.

Esses bandidos, esses drogados, esses marginais, eram a esperança dos sabotadores infiltrados que detectámos durante a Ofensiva a nível do Aparelho de Estado.

Eles querem derrubar o Governo dos operários e camponeses.

Eles estão a soldo daqueles que perderam os seus privilégios. Daqueles que no nosso País viviam da exploração do Povo Moçambicano e possuíam terras, prédios e grandes empresas.

Mais uma vez, somos obrigados a fazer guerra para conquistar a paz.

Mais uma vez, e materializando no seu campo a decisão histórica de virar o cano das nossas armas contra o inimigo interno, as gloriosas FPLM sabem manter-se firmes e determinadas na defesa das conquistas da revolução, cumprindo deste modo o seu dever histórico.

Com coragem, determinação e valentia, o nosso povo armado, as FPLM, têm sabido limpar energeticamente as ervas daninhas que pretendem sufocar o crescimento da grande árvore que é a Revolução Moçambicana.

Os sucessos que alcançámos nas recentes ofensivas militares, são assim parte integrante da grande ofensiva lançada em todas as frentes para a criação de condições para o nosso desenvolvimento.

Ainda no âmbito da presente Ofensiva, está em curso a implementação do novo sistema de abastecimento.

Esta decisão irá permitir minimizar as dificuldades actuais de abastecimento ao realizar uma distribuição equitativa e racional dos produtos de primeira necessidade, a cada agregado familiar.

O novo sistema de abastecimento a iniciar em Maputo e a estender a outras importantes cidades do nosso País, é uma medida transitória.

Ela é uma acção de resposta a uma situação de factos. Vamos vencer esta situação elevando significativamente a produção de bens de consumo, organizando de modo racional os circuitos de comercialização e abastecimento no nosso País.

Senhores Deputados,

Realizámos recentemente eleições locais, dando  
(Continua na pág. seguinte)

# O NOSSO DEPUTADO REPRESENTA EM CADA SECTOR O PODER DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES

(CONTINUADO DA PÁG. ANTERIOR)

cumprimento à Lei Eleitoral, materializando a Resolução sobre as Eleições Locais aprovada na 5.ª Sessão da Assembleia Popular.

As eleições locais de 1980 realizaram-se num momento de grandes acções no nosso País. Elas foram o espelho das nossas dificuldades e dos nossos avanços.

As eleições caracterizaram-se no essencial pela análise do trabalho e funcionamento das Assembleias do Povo através da prestação de contas, pela riqueza, rigor e profundidade de análise dos candidatos a deputados. Nelas esteve presente a preocupação de conhecer os problemas concretos do Povo em cada Distrito, Cidade e Localidade, tendo as Assembleias adoptado programas de trabalho que viam a sua resolução.

O Povo Moçambicano analisou com alta consciência e maturidade política os candidatos a deputados das Assembleias do Povo.

Nas eleições, o Povo Moçambicano viveu os valores reafirmados pela Ofensiva Política e Organizacional. Ao analisar os candidatos a deputados não só se preocupou com o seu comportamento político e moral, mas também com as suas qualidades de trabalho e profissionais.

O Povo distinguiu e elogiou os deputados que se destacaram pelo seu exemplo e dedicação, e desmascarou e rejeitou os infiltrados, corruptos, indisciplinados, passíveis, desleixados, incompetentes.

De novo o nosso Povo assumiu a vigilância revolucionária que o tem caracterizado, ao rejeitar os candidatos a deputados que não reuniam as condições para serem eleitos.

Deste modo, reforçamos a composição das nossas Assembleias do Povo, reforçamos o carácter de classe do nosso Estado.

A prestação de contas ao nível das Assembleias do Povo, foi um passo decisivo para a responsabilização das Assembleias do Povo e de cada um dos deputados perante o Povo.

Através da prestação de contas conhecemos com maior exactidão e clareza o nível de funcionamento das Assembleias de Distrito, Cidade e Localidade, as suas conquistas e as suas deficiências bem como o grau de cumprimento das tarefas por parte dos deputados eleitos em 1977, as suas dificuldades e avanços.

Com as eleições locais, e em particular a prestação de contas, a Ofensiva Política e Organizacional também está a ser vivida até ao nível da localidade, o que importa reforçar e desenvolver.

A Comissão Nacional de Eleições vai apresentar o Relatório sobre o processo das eleições locais em 1980, competindo à Assembleia Popular pronunciar-se sobre a sua validade, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 da Lei Eleitoral.

É altura de analisarmos com toda a profundidade o processo eleitoral, seu significado e validade, de analisarmos o conteúdo da prestação de contas

realizada pelas Assembleias do Povo e extrair as conclusões e lições que garantam a sua aplicação como prática permanente de trabalho.

As eleições locais de 1980, deram uma contribuição fundamental para levar o Ofensiva Política e Organizacional até à localidade.

Deste modo, os grupos de trabalho devem estudar o processo eleitoral de 1980, de modo a permitir que a Assembleia Popular retire conclusões decisivas para a dinamização das Assembleias do Povo ao nível local e do trabalho dos seus deputados.

Saibamos valorizar as eleições. Saibamos garantir o funcionamento das Assembleias do Povo, fazer delas um centro de trabalho permanente, de participação popular e de dinamização das grandes acções que temos de realizar na presente década, sob a direcção do Partido FRELIMO.

Senhores Deputados,  
Senhores Convidados,

Desta Assembleia Popular sairão importantes decisões que vão permitir a consolidação das nossas conquistas e o avanço para novos sucessos.

Em cada grupo de trabalho desta Sessão da Assembleia Popular, os deputados deverão assumir a sua responsabilidade e participar activamente na busca das soluções mais adequadas para a resolução dos problemas que enfrentaremos na presente década.

O nosso objectivo na presente década é erradicar o subdesenvolvimento e consolidar a sociedade socialista.

O Comité Central do Partido FRELIMO definiu o carácter permanente da Ofensiva como forma de criar condições a todo o momento para a vitória contra o subdesenvolvimento.

Cabe ao deputado tornar esse combate, tornar a Ofensiva sempre permanente no seu local de residência, na sua fábrica, na sua escola, na sua reparação, no seu hospital, no seu Distrito, na sua Província.

Para isso deveremos todos sair desta VI Sessão da Assembleia Popular com tarefas concretas no âmbito da Ofensiva.

O nosso deputado, enquadra-se nas grandes tarefas nacionais e representa em cada sector em que se encontra, o poder dos operários e camponeses.

Desta forma materializaremos de uma maneira consequente, a confiança que o Povo em nós depositou, porque seremos a imagem e o comportamento correctos a seguir em cada etapa da nossa Revolução.

A LUTA CONTINUA!

Muito obrigado.

## O METICAL LIBERTOU O ESCUDO

— Deputado Rui Moniz Barreto intervindo na primeira sessão de trabalhos da AP  
\* Comissão Central para a Troca de Notas presta contas das suas actividades

«O Metical libertou o Escudo» — afirmou o deputado Rui Moniz Barreto na sua intervenção alusiva à criação da Moeda Nacional, o Metical, feita no decurso da primeira sessão de trabalhos da Assembleia Popular que desde ontem se encontra reunida na sua VI Sessão. A intervenção feita momentos depois da apresentação do relatório da Comissão Central para a Troca de Notas pelo Deputado Jacinto Veloso, salientava ainda que com a criação da nova Moeda Nacional, o Metical, «virámos uma nova página na História de Moçambique», que esta conquista representa um golpe mortal nos que utilizavam o escudo como arma destabilizadora da nossa economia.

Momentos de grande emoção e verdadeiro entusiasmo caracterizaram a primeira sessão de trabalhos da Assembleia Popular em curso na capital, particularmente no decurso da apresentação pelo Deputado Jacinto Veloso, do relatório da Comissão Central para a Troca de Notas e da intervenção do Deputado Rui Moniz Barreto.

Para além de fazer referência ao grande significado político, económico e social da criação da Moeda Nacional o documento da Comissão Central para a Troca de Notas,

mobilização popular que se verificou e foi factor essencial na extrema disciplina que caracterizou toda a operação» — dizia ainda o relatório da CCTN.

A aplicação dos princípios do centralismo democrático no trabalho de direcção foi igualmente um dos pontos focados pelo relatório, por ter permitido aos presidentes das comissões criadas aos diversos níveis, dirigir, organizar, planificar e controlar com rigor a operação nas suas diferentes fases.

A VITÓRIA PREPARA-SE  
A VITÓRIA ORGANIZA-SE

«A operação da troca de notas contribuiu para conhecermos melhor as nossas capacidades, potencialidades, dificuldades e insuficiências. Contribuiu uma vez mais, para confirmar na prática a palavra de ordem «A vitória prepara-se, a vitória organiza-se».

O relatório falava da província do Niassa, de grande extensão geográfica, onde o Banco só existe em Lichinga e Cuamba e onde é notória a falta de transporte e a escassez de estradas, para dar um exemplo concreto de que a «vitória prepara-se a vitória organiza-se». Ali foi possível levar a operação de troca praticamente a todas as localidades, cumprir prazos de realização e prestação de contas, alcançando-se com êxito os resultados políticos, ideológicos e económicos definidos para a operação.

«Não se registaram dificuldades inultrapassáveis — acrescentava o documento. A determinação e a coragem de todos quantos estiveram envolvidos nos transportes, distribuição e retorno do dinheiro, permitiu encontrar soluções criadoras para os diversos obstáculos encontrados. O dinheiro de Caetano era para beber, o nosso dinheiro é para comer e vestir...», eram estas as palavras contidas na letra de uma das muitas canções que na Zambézia foram entoadas pelas populações enquanto aguardavam nas bichas — sublinhou o relatório da Comissão Central para a Troca de Notas.

UM MARCO IMPORTANTE  
NA NOSSA LONGA MARCHA

A intervenção do Deputado Rui Moniz Barreto seguiu-se à apresentação do relatório da Comissão Central para a Troca de Notas para uma vez mais sublinhar que o Metical é mais um marco importante na longa marcha iniciada pelo nosso Povo desde que, unido pelo FRELIMO, desencadeou a vitória da luta armada de libertação nacional.

Numa alocução que mereceu constantes aplausos dos presentes, o Deputado Rui Moniz Barreto, saudou o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular

de Moçambique, pela «clareza política que conduziu os destinos da nossa Pátria, pela firme determinação em desalojar o inimigo interno das suas trincheiras e em prosseguir, até à vitória final, a luta contra o subdesenvolvimento e de todas as formas de subversão imperialista».

Rui Moniz Barreto, apelou na sua intervenção que ao recebermos o Metical, ao entregarmos o Metical «fazamo-lo sem nos esquecermos nunca que ele foi o fruto de muitos sacrifícios e que ele simboliza a libertação do jugo económico em que o povo esteve sempre sujeito pelo regime colonial-capitalista».

Ao explicar a razão porque o Metical

libertou o escudo, aquele deputado lembrou que «durante a vigência do regime colonial-fascista português a desconfiança do Povo pelos mecanismos do poder sistematizado era geral. Por isso mesmo se adquiriu o hábito de enterrar o dinheiro, esconder o dinheiro, aprisionar o dinheiro em casas multifórmes: latas, caixas, nú, embrulhado em jornal, etc. O Povo sabia. Se assim não fosse, esse dinheiro iria para o imposto, para as mãos dos régulos e dos seus acólitos, para aqueles que engordavam à custa do seu trabalho. Assim podemos dizer, o Metical foi o agente libertador do Estado. A nossa moeda libertou o jugo colonial e o escudo de matriz portuguesa».

## COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

### PRONUNCIA-SE PERANTE A ASSEMBLEIA POPULAR

\* Deputado Teodato Hunguana apresentou relatório das actividades daquele órgão

A Lei Eleitoral aprovada na I Sessão da Assembleia Popular ainda na sua composição provisória, fixou a periodicidade das Eleições estabelecendo que as Assembleias de Distrito, de Cidade e de Localidade, são eleitas por períodos de dois anos e meio. Em conformidade com a Lei, a Comissão Permanente da Assembleia Popular determinou a realização de Eleições no corrente ano, tendo para o efeito constituído a Comissão Nacional de Eleições, órgão encarregue de dirigir o processo eleitoral.

E assim que, após a conclusão dos seus trabalhos, este órgão submete à apreciação e aprovação o seu relatório à Assembleia Popular, pronunciando-se quanto à validade das eleições.

Nesse contexto, o Deputado Teodato Hunguana, enquanto relator da Comissão Nacional de Eleições, apresentou à Sexta Sessão da Assembleia Popular o «Relatório sobre as Eleições Locais em 1980» na primeira sessão de trabalhos deste órgão máximo do Poder de Estado, que se encontra reunido desde ontem na capital do País.

Durante o período da tarde de ontem, os Deputados da Assembleia Popular estiveram organizados em grupos, tendo sido objecto de profundo debate o referido relatório, cujas conclusões serão apresentadas na segunda sessão de trabalhos da Sexta Sessão da Assembleia Popular, a realizar-se no dia de hoje. Nessa altura, proceder-se-á à votação da proposta de resolução sobre a validade das Eleições.

PRESTAÇÃO DE CONTAS NO FUTURO  
COMO METODO DE TRABALHO CONSTANTE

O Programa Geral das Eleições Locais em 1980, estabeleceu que estas decorreriam de 7 de Abril — Dia da Mulher Moçambicana — a 4 de Junho, tempo este dividido em cinco períodos, nomeadamente o da criação das Comissões de Eleições, preparação da prestação de contas pelas Assembleias Distritais, de Cidade e de Localidade e de organização e mobilização para o processo eleitoral.

Os três últimos períodos foram o das reuniões e Conferências Eleitorais, da I Sessão das

Assembleias do Povo eleitas e a etapa da apresentação dos relatórios eleitorais.

Logo a princípio, o Relatório que foi lido pelo Deputado Teodato Hunguana, abordava diversos aspectos sobre o amplo processo de prestação de contas dos deputados e das Assembleias, frisando que para além daquele constituir parte integrante da Ofensiva Política e Organizacional, deverá ser, no futuro, um método de trabalho constante dos deputados e das Assembleias e que conduza ao contacto permanente destes órgãos e dos seus membros com as populações.

Depois de referir que o processo de prestação de contas revelou também que, apesar dos erros e das limitações, as assembleias cessantes realizaram tarefas durante o seu mandato e os deputados, embora não organizados, levaram a cabo várias actividades, mencionando as principais áreas abrangidas por estas.

São elas a Agricultura e Pecuária, Educação, Saúde, Comércio, Defesa e Segurança, sendo de destacar a criação de cooperativas de produção agrícola, combate às queimadas, construção de escolas e centros de alfabetização, saneamento do meio, criação de cooperativas de consumo e a organização das milícias e grupos de vigilância.

ALGUNS ASPECTOS  
DE COMO DECORRERAM AS ELEIÇÕES

Numa das suas passagens, o Relatório da Comissão Nacional de Eleições, dá a conhecer que, de uma maneira geral, tal como em 1977, os actos eleitorais voltaram a caracterizar-se pelo ambiente festivo concedido pelas populações através de actividades culturais e de realizações artísticas e desportivas.

O documento realça o espírito de sacrifi-



O Presidente Samora Machel apreciando a colecção de notas e moedas nacionais oferecida pelos deputados da Assembleia Popular e entregue pelo Deputado Marcelino dos Santos, na qualidade de Secretário da Comissão Permanente daquele órgão supremo do poder de Estado



Deputado Jacinto Veloso, Presidente da Comissão Central para a Troca de Notas

sublinhava que os objectivos definidos pela direcção do Partido e do Estado foram amplamente alcançados tendo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo manifestado orgulho e carinho pela nova moeda.

O documento saudou os elementos participantes nesta operação pelo elevado espírito de sacrifício, disciplina, prontidão e sigilo demonstrados, sublinhando que só assim foi possível assegurar que a preparação e realização da operação se processassem em absoluto segredo e com a maior precisão.

Mais adiante o relatório acrescentava que como resultado deste espírito, o inimigo não teve qualquer possibilidade de receber informações sobre a operação em preparação e não pôde actuar para perturbar o processo de troca, nem introduzir ilegalmente notas no País.

Pela vitória alcançada com a criação da Moeda Nacional e pela eficiência com que decorreu o processo da operação da troca de notas, nos diversos pontos do País, por diversas vezes a leitura daquele relatório foi interrompida por aplausos dos presentes, que manifestavam assim a sua completa satisfação pelo trabalho realizado.

A Comissão Central para a Troca de Notas realizou igualmente a forma alegre e entusiástica como o Povo moçambicano assumiu o processo da troca de notas, frisando que a conclusão, na essência, da troca nos três dias previstos pela Lei, ainda que muitas vezes em condições extremamente desfavoráveis, só foi possível devido à sua gigantesca participação.

«Foi a política consequente do nosso Partido FRELIMO e a confiança inabalável do Povo nas decisões e medidas tomadas pelos órgãos do Partido e do Estado e todas as níveis que permitiu esta vitória. Deve-se salientar que a mensagem à Nação na noite de 15 de Junho, do Presidente Samora Machel, constituiu um tema poderoso na



Deputado Rui Moniz Barreto



Deputado Teodato Hunguana, Relator da Comissão Nacional de Eleições

nível de maturidade política das populações. As discussões foram ricas, democráticas e profundas, salienta o relatório.

NÃO BASTA ELEGER ASSEMBLEIAS  
É PRECISO GARANTIR O SEU FUNCIONAMENTO

O Relatório da Comissão Nacional de Eleições, analisando ainda detalhadamente o que foi o processo eleitoral, fala das Assembleias

que não conseguiram provar que elas são o instrumento para a melhoria das condições de vida do povo.

Assim, a dado passo, sublinha que não basta eleger as Assembleias. É essencial garantir o seu funcionamento efectivo e fazer com que elas dirijam o Povo e resolvam os problemas concretos da vida das populações.

É claro que, para que isso aconteça, deve-se observar as qualidades de cada deputado enquanto representante do Povo. A maior parte dos membros das Assembleias cessantes continua a merecer a confiança das populações graças ao seu engajamento na realização das tarefas que lhes são atribuídas, às qualidades de trabalho individuais e ao comportamento moral e exemplar.

Todavia — prossegue o Relatório — houve deputados que no processo de prestação de contas foram denunciados pelos eleitores por diversas razões, sendo de mencionar dentre elas, elementos que se revelaram obscurantistas, indivíduos que durante o seu mandato praticaram desvios no seu comportamento moral e social e outros deputados que, tendo consciência de que não merecem a confiança popular e tendo a vigilância das populações, não compareceram às reuniões de prestação de contas.

Finalmente, o Relatório, aponta as principais conclusões que se extrairam do processo eleitoral e apresentando toda uma série de propostas visando a garantia do funcionamento das Assembleias do Povo, destacando por outro lado que a primeira grande lição a tirar do processo eleitoral de 1980 é a de que o nível das próximas eleições será determinado pelos resultados do trabalho das Assembleias agora eleitas.